

**SOMBRAS EM MOVIMENTO:
OS ESCRAVOS E O QUEBRA-QUILOS
EM CAMPINA GRANDE**

*Luciano Mendonça de Lima**

Nos meses finais de 1874, diversas vilas e cidades das províncias da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte foram conflagradas por um conjunto de acontecimentos que ficou conhecido para a posteridade como a sedição do Quebra-Quilos. Onde quer que tenha eclodido, a ação dos revoltosos seguiu um padrão mais ou menos comum: grupos de homens e mulheres, constituídos por agricultores pobres, artesãos, feirantes e desocupados, entraram em confronto com forças policiais, destruíram pesos e medidas do sistema métrico-decimal recém implantado, se recusaram a pagar impostos, atacaram prédios onde funcionavam repartições públicas, tais como a câmara municipal, a cadeia, cartórios e a coletoria, e em seguida se dispersaram, não sem antes deixarem no ar um clima de apreensões difusas.¹

* Professor da Universidade Federal de Campina Grande e doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco. Este artigo é uma versão resumida de dissertação de Mestrado intitulada “Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande”, Mestrado em História, UNICAMP, 2001. Agradeço a leitura atenta e as preciosas sugestões do parecerista de *Afro-Ásia*.

¹ A bibliografia sobre os Quebra-Quilos é relativamente extensa. Apesar da diferença de enfoque, foram poucos os que discutiram ou mesmo mencionaram a participação dos escravos. Ver, por exemplo, Armando Souto Maior, *Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império*, Brasília/INL; Recife/FJN, 1978; Geraldo Joffily, *Quebra-Quilos: a revolta dos matutos contra os doutores*, Brasília, Thesaurus, 1977; Hamilton de Mattos Monteiro, *Revolta do Quebra-Quilos*, São Paulo, Ática, 1995.

Em Campina Grande, município localizado no interior da província da Paraíba e que se transformou no epicentro dos acontecimentos, o movimento se singularizou porque os escravos locais aproveitaram a ocasião para entrar em cena e se rebelar contra seus senhores. Uma testemunha ocular nos deixou a sua impressão:

No dia 4 de dezembro novo gênero de terror veio pungir a população da cidade de Campina; já não eram os sediciosos de dia desrespeitando as autoridades e chasqueando das poucas famílias que por falta de tempo e de meio não tinham fugido, já não eram os sediciosos arrombando cadeias e derramando o terror na população; já não eram as chamas sinistras dos cartórios incendiados à noite, ao concerto de vaias, imprecações e gargalhadas; eram os escravos insurgidos querendo impor sua liberdade a seus senhores, abusando das circunstâncias críticas em que estes se achavam sob a ruína da ordem. Maior desgraça não poderia naquela ocasião recair sobre a cidade de Campina Grande.²

Quem eram estes escravos? Quais as suas expectativas e visões de mundo? Que falas e gestos eles acrescentaram ao conturbado cenário do Quebra-Quilos? Por que resolveram se insurgir “querendo impor a sua liberdade a seus senhores”? É o que tentaremos responder neste artigo, destacando o contexto e o substrato político e cultural que informou a ação dos insurreccionados.³

Antes, algumas palavras são necessárias sobre as fontes utilizadas neste trabalho. Quando há alguns anos iniciei esta pesquisa, imaginava que, além do processo-crime do Quebra-Quilos, havia um outro instaurado para investigar especificamente a insurreição dos escravos, desconfiança alimentada por indícios dos próprios contemporâneos. O primeiro desses documentos consegui localizar no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. O segundo, em que pese todo o esforço empreendido, não foi encontrado, se é que ele existiu algum dia. Assim, para levar adiante

² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ), *Quebra-Kilos. Relatório do Comandante das Forças Imperiais estacionadas na Província da Parahyba do Norte*, Publicações do Arquivo Nacional, vol. xxxiv, 1937.

³ Com o intuito de facilitar a vida do leitor não especializado, atualizei a ortografia das citações de época, à exceção dos nomes próprios.

a hipótese de que os cativos campinenses imprimiram um sentido próprio aos acontecimentos, tive de lançar mão de uma estratégia metodológica que implicou em reunir o maior número possível de evidências, para dar densidade histórica à investigação, minimizando ao máximo as lacunas devidas à falta de uma devassa. Essa experiência faz lembrar os obstáculos que Natalie Davis teve quando resolveu contar as venturas e desventuras do camponês Martin Guerre, passadas na França do século XVI. Também aí a autora não teve acesso ao processo-crime, com as falas dos principais personagens de sua trama. Isso a obrigou a recorrer a outros indícios. Parafraseando a grande historiadora, diria que quando não foi possível encontrar diretamente os escravos rebelados na Campina Grande de 1874, fiz um grande esforço para descobrir, mediante outras fontes, “o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido”. Ou seja, aqui também é perfeitamente possível combinar, no trabalho de reconstituição de uma experiência histórica concreta, provas e possibilidades, ambas ancoradas na “atenta escuta das vozes do passado.”⁴

Tecendo a trama

O Quebra-Quilos começou no dia 31 de outubro de 1874, quando os populares aproveitaram a ocasião em que se realizava a feira semanal de Fagundes, termo de Campina Grande, para protestar. Portanto, entre o começo da sedição e a entrada em cena dos escravos, no dia 4 de dezembro, mais de um mês se passaria. Nesse intervalo de tempo, eles tinham provavelmente medido as implicações de uma ação coletiva. Diante de um quadro de acirramento das tensões sociais, procuraram tirar partido da situação, beneficiados pelo afrouxamento do controle e vigilância de senhores e autoridades. A senha para o levante foi dada por um grupo de cativos que se dirigiu para uma propriedade de nome Timbaúba.

A escolha desse alvo não se deu por acaso. Logo após o episódio do arrombamento da cadeia de Campina Grande, a cidade ficara acéfala

⁴ Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 21. Ver também da mesma autora, *Fiction in the Archives: Pardon Tales and their Tellers in Sixteenth-Century France*, Stanford, Stanford University Press, 1987.

durante algum tempo. Alguns buscaram abrigo em suas propriedades rurais, nos arredores da cidade. Foi o caso do presidente da câmara municipal, o liberal Bento Gomes Pereira Luna, que juntou sua parentela e se abrigou na propriedade de sua família, o sítio Timbaúba. Além de Bento Luna, o escrivão da coletoria de rendas, o secretário e o procurador da câmara municipal também lá se refugiaram.⁵

O “sossego” da família Luna e de seus amigos durou pouco. Numa certa noite a propriedade em que estavam foi cercada por um grupo de trinta a quarenta escravos, armados de cacetes, foices e algumas armas de fogo. Capitaneado pelos negros Firmino e Manoel do Carmo, que eram irmãos, o grupo começou a gritar pelos que se encontravam na casa-grande. Daí a pouco estes foram saindo, um por um, tendo à frente o próprio Bento Luna. Nesse momento se iniciou uma tensa conversa entre as partes: de um lado os escravos que, de forma ameaçadora, diziam ser livres a partir daquele momento e, por isso mesmo, queriam os “papéis da liberdade” e, de outro, autoridades amedrontadas, querendo ganhar o máximo de tempo, afirmando que não tinham como garantir a liberdade daqueles escravos rebeldes.

Ao perceberem que poderiam estar sendo enganados, os escravos, com palavras e gestos ameaçadores, obrigaram os que ali se encontravam a sair da casa, após o que todos foram feitos prisioneiros. Uma por uma das ditas autoridades foram amarradas no lombo de cavalos e, sob forte vigilância, obrigadas a marchar de volta à cidade para providenciarem os tão desejados papéis.

A distância entre o sítio Timbaúba e a cidade de Campina Grande era de aproximadamente duas léguas, ou treze quilômetros. Nessa caminhada, é possível que novos escravos tenham se juntado ao grupo original, pois essa era uma área formada por importantes propriedades escravistas, dedicadas principalmente ao cultivo do algodão e à criação de gado.

Diferentemente dos populares, que dias antes chegaram gritando “abaixo os impostos” e “morra maçons, viva a religião católica”, os

⁵ Para o que se segue, ver ANRJ, Sumário de culpa por sedição, Correspondência do Ministério da Justiça com a Presidência da Província da Parahyba do Norte, Códice IJ1-317, 1875.

escravos entraram na cidade entoando suas próprias palavras de ordem de “viva a liberdade”. Após isso, se deslocaram para a residência do procurador da câmara, Raymundo Theodorico José Dornellas, e se apropriaram do “livro da emancipação dos escravos”. Enquanto isso, um novo contingente de escravos, liderados pelo liberto Benedicto, engrossou as fileiras dos sublevados. Juntos, sempre acompanhados dos prisioneiros, foram à presença do vigário local, Calixto Correia da Nóbrega, para tratar da liberdade deles e de seus filhos, pois queriam daquele religioso “o livro onde estavam pintados os escravinhos novos”.

O vigário tentou apaziguar os ânimos, afirmando que aquela não era a melhor maneira de se conseguir a liberdade, aconselhando-os a retornarem ao domínio de seus senhores. Parece que os escravos não se deram por vencidos, pois saíram em direção à vila de Alagoa Nova, distante apenas alguns quilômetros de Campina, para aí se reunirem a novos cativos que os aguardavam.

Ao tomarem conhecimento do que se passava em Campina Grande por aqueles dias, os proprietários locais não perderam tempo e, em que pesassem as dificuldades de momento, procuraram se combinar para perseguir os insurrectos, antes que fosse tarde demais. Para isso juntaram milícias particulares e o que naquele contexto restava de força pública. A partir daí, as notícias escasseiam e os escravos saem de cena de forma tão surpreendente como haviam entrado.

O contexto da resistência escrava no tempo do Quebra-Quilos

Os acontecimentos de Campina Grande se deram num momento particular da história da escravidão e da experiência negra no Brasil. Naquela altura, o aprendizado político dos escravos já ia longe, atingindo um novo patamar que se expressava em novas e, muitas vezes, ousadas estratégias de luta individual e coletiva pela liberdade, cujas repercussões preocupavam cada vez mais setores da elite política e econômica empenhados na manutenção da ordem pública e, em particular, na solução do delicado problema do chamado “elemento servil”, processo que em maior ou menor grau atingiu todas as províncias escravistas do Império,

envolvendo um conjunto de idéias e experiências que circulavam por diferentes lugares como um bumerangue.⁶

O Brasil era, àquela altura, um dos últimos bastiões do escravismo no continente. Desde que os escravos haviam destruído violentamente a mais próspera colônia francesa, Saint Domingue, na década de 1790, a história da escravidão americana não seria a mesma. Ao longo do século XIX, por diferentes caminhos, as diversas sociedades escravistas do Novo Mundo, empurradas tanto pela pressão escrava como pela emergência do abolicionismo, encaminharam projetos de reforma ou extinção do sistema. No Caribe britânico, holandês e francês, primeiro a abolição do tráfico negreiro, depois a da escravidão, foram decididas ainda na primeira metade do século XIX. Nos Estados Unidos, que em meados do século eram a maior nação escravista — com uma população escrava que ultrapassaria quatro milhões —, a abolição se deu em meio a uma sangrenta guerra civil, em 1865. Cuba e Porto Rico, as duas últimas possessões escravistas espanholas, adotaram a Lei Moret, em 1870, uma mistura de lei do ventre livre e dos sexagenários.⁷

É difícil calcular os efeitos dessa conjuntura internacional sobre senhores e escravos brasileiros, mas ela existiu e, interagindo com fatores internos, ajudou a conformar aquele ambiente histórico. Internamente, a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, foi um marco. Até então o problema da escravidão havia sido protelado pelo esforço de guerra, mas agora um período de intensos embates se iniciaria, envolvendo senhores, escravos, libertos, políticos, juristas etc, levando a uma crescente perda de legitimidade da instituição. Segmentos das elites proprietárias temiam que a discussão pública chegasse aos ouvidos dos escravos e se transformasse em ações políticas, em aumento da resistência, especialmente levantes coletivos.

⁶ João José Reis, “Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência escrava no Brasil oitocentista”, in Carlos Guilherme Mota (org), *Viagem incompleta: a experiência brasileira* (São Paulo, Ed. Senac, 2000), vol. i, pp. 243-263; Peter Linebaugh, “Todas as montanhas atlânticas estremeçeram”, *Revista Brasileira de História*, n° 6 (1984), pp. 7-46.

⁷ Herbert S. Klein, *A escravidão africana: América Latina e Caribe*, São Paulo, Brasiliense, 1987; C. L. R. James, *Os jacobinos negros*, São Paulo, Boitempo editorial, 2000; Eric Foner, *Nada além da liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Mesmo que a Paraíba fosse considerada uma região periférica do Império e da escravidão, não estava desconectada desse quadro histórico maior. Precisamos compreender como ele se expressou localmente e como os escravos o interpretaram, e assim entender sua participação no Quebra-Quilos. Começamos por um episódio aparentemente prosaico, mas que naquele contexto adquiria um sentido especial.⁸

Na noite de 25 de março de 1871, “diferentes escravos de pessoas da povoação de Fagundes”, termo de Campina Grande, depois de um dia de exaustivo trabalho, reuniram-se na casa de um deles e “ali puseram a beberem [sic] aguardente”. Daí a pouco chegaram pessoas livres, que se juntaram ao grupo de cativos dando prosseguimento à bebedeira, agora animada por instrumentos musicais e cantoria. Nesse momento, alguém mais entusiasmado teve a idéia de sugerir que todos os presentes dessem “alguns vivas” contra a escravidão e a Monarquia, sugestão acatada pela maioria. O divertimento prosseguiu, chegando até a madrugada do dia seguinte, um domingo, após o que todos se dispersaram “sem que houvessem [sic] mais novidade”. Algum tempo depois o subdelegado de Campina Grande resolveu investigar mais detidamente o que de fato havia se passado naquele fim-de-semana. Acompanhado de uma tropa, se dirigiu ao palco dos acontecimentos, aí chegando no dia 18 de abril. Antes de qualquer inquérito formal, o alferes Ricardo Antonio da Silva Barros, que o acompanhara, procurou sondar com diferentes moradores locais sobre a natureza e circunstância dos fatos. Ao perceber que não se tratava de simples boato, tratou de inquirir várias pessoas para formar um juízo exato do ocorrido. Logo apareceu o nome do principal suspeito, um tal Jovino Carneiro Machado Rios, homem livre. Segundo algumas testemunhas, era público e notório que ele andava pelos povoados de Queimados e Catuama, termos de Campina Grande, incitando o povo a se amotinar contra o governo e, ao mesmo tempo, a se opor à cobrança de impostos. Era também sabido, segundo testemunhas, que ele andava aconselhando os escravos a se levantar contra seus senhores.

A partir dessa informação, o subdelegado chegou a localizar quatro escravos que teriam sido protagonistas do episódio narrado acima.

⁸ Arquivo Público da Paraíba (doravante APP), Relatório da Delegacia de Polícia da Cidade de Campina Grande, em 3 de maio de 1871, cx. 056, 1871 (doravante, Relatório).

Suas falas nos ajudam a recompor com uma maior riqueza de detalhes os acontecimentos. Ao ser interrogado no dia 24 de abril de 1871, Domingos afirmou ter 38 anos de idade, ser casado, natural da vila de Cabaceiras, na província da Paraíba do Norte, agricultor, escravo de diversos herdeiros e morador em Fagundes. Em sua casa funcionava uma pequena taberna, onde conseguia ganhar uns trocados extras e receber freqüentemente amigos e parceiros. Vejamos como ele se referiu aos episódios daquela noite:

Respondeu que estando em sua casa em um dia de sábado nos últimos dias do mês de marco próximo passado e que ali chegaram os escravos de nome Vicente [...], Julião [...], Joaquim, e os livres Francisco Gomes dos Santos, conhecido por Xico Preto, e José Felipe de Oliveira, dizendo que queria beber aguardente [...] e que depois de terem bebido a dita aguardente entrarão em um digo convidarão para darem uns vivas sendo este convite feito aos outros pelo escravo Vicente, e disseram todos reunidos em voz alta Viva a bela sociedade da rapaziada, Viva a liberdade e Viva a República o que ele interrogado disse que não queria tais vivas em sua casa e eles então calarão-se [...] com tais vivas e que logo depois mandarão vir violões e outros instrumentos e que trarão um pequeno divertimento levando toda a noite do dia de sábado, tendo terminado o divertimento no dia seguinte.⁹

A partir daí se iniciou uma longa querela em torno dos ditos “vivas” e seus muitos significados. Como era de se esperar, o subdelegado quis saber quem de fato estava por trás de tudo aquilo, já que, na sua ótica, os escravos por si só seriam incapazes de entender o real significado das palavras gritadas em coro. Quando indagado a este respeito, o escravo Domingos afirmou que, porquanto ouvisse falar que o indivíduo Jovino Carneiro Machado Rio andasse estimulando algumas pessoas a

⁹ APP, Relatório. Segundo uma historiadora da escravidão carioca, as tavernas “eram lugares muito importantes de socialização dos escravos; eles eram freqüentemente presos por beber, jogar, dançar, brigar, guardar coisas roubadas e, em geral, por fazer uma algazarra turbulenta que perturbava a tranqüilidade dos vizinhos da taverna”. A essa longa lista de práticas culturais, acrescentaríamos a confabulação política e projetos de rebeliões, como pode ter ocorrido em Campina Grande. Ver Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808/1850)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 395.

gritarem vivas à república, atribuía tudo isso a boatos, já que o mesmo Jovino havia desistido de semelhante proclamação. Se essa versão de Domingos estiver correta, foram os escravos que acrescentaram, por sua conta e risco, as duas outras palavras de ordens, o que não deixa de ser significativo.

No mesmo dia, o escravo Vicente também foi interrogado. Disse que era propriedade de José Rodrigues Pereira, tinha 38 anos, era solteiro, também natural da província da Paraíba do Norte e morador em Fagundes, onde “vive de servir ao senhor”. Ele confirmou, em linhas gerais, o que seu parceiro Domingos já havia dito em juízo, acrescentando, porém, importantes informações. Contou que, num dos últimos dias de março, convidara aos também escravos Julião e Joaquim para irem à casa de Domingos, com o intuito de tomar aguardente e participar de um pequeno divertimento. Daí a pouco chegaram Francisco Gomes dos Santos e José Felipe de Oliveira, que se juntaram ao grupo de escravos. Quando já estavam um tanto ébrios, começaram a gritar em “altas vozes” as polêmicas palavras de ordem, “entendendo eles que com estes vivas não ofendessem o governo e que logo depois seguirão cada um destes para suas casas sem que ocorresse novidade”. Disse também desconhecer qualquer reunião em que pessoas estivessem incitando os escravos a se levantarem contra seus senhores. Quanto ao misterioso Jovino, disse que este o chamou certa vez, não para incitá-lo à insubordinação, mas, pelo contrário, aconselhando-o a que “deixasse disso pois hera crime que eles estavam praticando”.¹⁰

Outro que também foi interrogado em 24 de abril foi o escravo Julião, 44 anos, solteiro, natural de Pernambuco, do serviço da lavoura e também morador em Fagundes. Em relação ao episódio, respondeu que quando saiu da casa do senhor, Antonio Clemente Pereira, já na manhã do domingo, 26 de março, se deparou com a reunião na casa Domingos. Convidado, entrou a beber e se incorporou com entusiasmo à farra. Num certo momento deram os tais vivas, após o que se retirou “ele interrogado para fora da bebedeira, seguindo a seu destino”. Quanto a supostos mentores, negou reconhecer participação de Jovino ou qualquer outra pessoa livre.

¹⁰ APP, Relatório.

O último a ser ouvido foi o escravo Joaquim, de 40 anos, solteiro, pernambucano como Julião. Confirmou que o episódio se dera mesmo no dia 25 de março, e que sabia por “ver que diversos escravos, inclusive o interrogado, deram diversos vivas, nos quais proferirão os seguintes: viva a bela união, viva a liberdade, e viva a República”. Mais uma vez, a autoridade policial quis saber com quem o escravo havia aprendido tais idéias, tendo como resposta um vago e estratégico “não sei”. Neste, e em outros depoimentos, ficamos sabendo de um outro importante detalhe. É que, ao amanhecer do dia seguinte, o subdelegado de Fagundes, capitão José Constantino Cavalcanti de Albuquerque, se dirigiu àquela taberna com o intuito de acabar com a festa dos escravos. Ao saber que a polícia estava a caminho, Vicente e seus companheiros de farra começaram a gritar em alto e bom som que ninguém iria dispersá-los. E mais, prometeram que no sábado seguinte se reuniriam para darem novos “vivas”, desafiando o dito subdelegado a vir impedi-los, algo que, mesmo que não tenha se consumado, bem demonstra a ousadia dos cativos. Não foi sem razão que o subdelegado concluiu sua investigação afirmando que, após os interrogatórios, mandara recolher os quatro escravos “a um quarto que serve de prisão na povoação de Fagundes por 24 horas”. No outro dia os fez entregar “aos seus senhores fazendo uma grande advertência a eles a respeito de que seus escravos não continuem com semelhantes abusos”.¹¹

O que logo chama atenção é a distância entre a data em que os fatos teriam se dado e o início das investigações. Só depois de quase um mês o subdelegado saiu de Campina Grande para Fagundes. A explicação mais plausível seria que os proprietários locais tivessem tentado minimizar o episódio, no que contaram com a boa vontade do subdelegado de Fagundes, José Constantino. Este não tomara outra providência, além da breve prisão dos escravos, mesmo sabendo de rumores alarmantes que começaram a circular, o que provavelmente explica o envio de um seu colega de profissão lotado na sede do município, o alferes Ricardo Antonio da Silva Barros, a quem caberia enfim instaurar um inquérito policial regular.

¹¹ APP, Relatório da Delegacia de polícia da Cidade de Campina Grande, em 3 de Maio de 1871, cx. 056, 1871.

Fossem quais fossem as divergências entre autoridades, não se tratava de algo de somenos importância. Particularmente para o que nos interessa aqui, podemos destacar alguns aspectos dessa história. O primeiro diz respeito às estratégias socialmente construídas para controlar o cotidiano dos escravos, o que muitas vezes levava à justaposição ou ao atrito do poder senhorial com as instâncias do aparelho estatal. Para os senhores talvez fosse mais cômodo e prático resolver um problema daquele tipo no âmbito de seu domínio pessoal. Já o subdelegado, por encarnar a autoridade constituída, preferiu prender os ditos escravos, mas por apenas 24 horas e, ao mesmo tempo, advertiu os proprietários para evitarem a repetição de fatos como aqueles. Mesmo que naquele tipo de sociedade os limites entre esses dois universos fossem muitas vezes tênues, nem por isso eles deixavam de existir. Em certas situações os cativos sabiam muito bem tirar partido dessas divisões, ao lutarem persistentemente por direitos ligados, por exemplo, à liberdade. Mas para eles a liberdade não era um valor abstrato. Ela podia se materializar em pequenas conquistas, tais como a possibilidade de se reunirem para se divertir, sem o prévio consentimento de seus senhores. Nesses encontros, histórias e tramas iam se tecendo, instituindo uma sutil politização do cotidiano, experiências que em determinados contextos podiam alimentar projetos e movimentos coletivos mais amplos.

O mais enigmático em toda essa história foi uma das palavras de ordem pronunciada pelos escravos de Campina Grande. Quanto às idéias de liberdade e República, não é difícil entender, já que por aquela época avolumavam-se as críticas às instituições escravista e monárquica no Brasil. Contudo, a que os escravos se referiam quando invocavam a “bela sociedade da rapaziada”? Talvez este fosse um termo de tratamento, usado para expressar a solidariedade cotidiana compartilhada entre eles e seus parceiros de cativeiro, mas incluindo também libertos e negros livres, unidos que eram por uma experiência histórica comum, tais como a condição social, a cor da pele, a solteirice etc. O fato é que estamos diante de um momento em que a festa e a resistência escrava se irmanaram, o que, visto em retrospectiva, pode ter funcionado como uma rede política subterrânea para o que ainda estava por vir alguns anos depois.

Esse episódio foi concomitante à discussão e aprovação da chamada Lei do Ventre Livre. A divulgação de leis que, direta ou indiretamente, diziam respeito à vida em cativeiro era cercada de todo cuidado pelas elites e autoridades constituídas, pois os escravos tinham o “mau costume” de as interpretar à sua maneira. Quase sempre enxergavam mais além do que, no papel, elas lhes asseguravam. Assim foi com as leis antitráfico de 1831 e 1850. Com a Lei do Ventre Livre, em 1871, não seria diferente. Apesar de todas as precauções, chegariam notícias sobre sua discussão aos ouvidos dos cativos, que procuraram utilizá-las a seu favor, num momento em que os homens livres estavam divididos quanto ao futuro da escravidão. Em Campina Grande o texto da lei foi publicado poucos dias depois de sua sanção pela Princesa Isabel, em nome do Imperador D. Pedro II. Temos evidências de que isto se deu no começo de outubro, exatamente num sábado, durante a realização da tradicional feira, no Mercado Novo da cidade. Feiras e seus arredores eram espaços a que os escravos tinham acesso com certa regularidade. Eles podiam comparecer sós ou acompanhados de seus senhores para oferecer serviços, vender produtos de sua própria economia ou pequenos furtos, e aproveitavam para levar e trazer notícias dos mais variados tipos, origens e lugares.¹²

Podemos imaginar o reboiço que aquilo gerou na cabeça de alguns escravos. Conceberam que estava ali, naquele “papel”, a possibilidade de se livrarem do cativeiro, ou, pelo menos, de melhorarem de vida. A lei se transformaria em palco de novas e acirradas disputas. Nisso os escravos puderam contar com alguns aliados, mas também com a oposição de poderosos inimigos. Não por acaso, a partir de 1871 se registra um aumento significativo das ações de liberdade movidas por escravos contra seus senhores, processos que muitas vezes não se circunscreviam ao acanhado ambiente local. Nessas ações, os escravos alegavam as mais variadas razões: maus-tratos; posse de pecúlio para compra de alforria; manutenção de liberdade contestada; falta de registro na matrícula de

¹² A informação de que a Lei do Ventre Livre foi publicada na feira de Campina Grande se encontra em Setor de Documentação Histórica Regional da Universidade Federal de Campina Grande (doravante SEDHIR/UFCG), Ação de liberdade da escrava Joaquina contra seu senhor Manuel de Barros, 1871.

1872; escravização ilegal etc., todas situações previstas pela lei para ações de liberdade.¹³

Assim, quando resolveram se levantar em fins de 1874, os escravos campinenses tinham experiência adquirida. A partir de uma complexa teia de mediações sociais e políticas, eles imprimiram um sentido próprio aos acontecimentos. É preciso agora resgatar mais detidamente a racionalidade de suas ações. Para isso precisamos retomar os fatos ligados ao Quebra-Quilos.

Uma insurreição de escravos? Sobre os significados históricos

Como vimos, o primeiro ato dos escravos no Quebra-Quilos foi a ida ao sítio Timbaúba. Há indícios de que contatos prévios haviam sido estabelecidos entre os escravos que permaneceram nas senzalas da propriedade e os líderes da rebelião. Vínculos de parentesco e amizade facilitaram as coisas. A escolha desse alvo não foi aleatória. Eles bem sabiam que lá se encontravam personagens chaves para os objetivos que pretendiam alcançar com aquele gesto. Ali estavam o presidente e o secretário da câmara municipal, e o chefe da coletoria de rendas, guardiões dos tão desejados papéis referentes à liberdade. Os negros tinham boas razões para se apropriarem desses papéis.

Enganaram-se aquelas autoridades e proprietários se achavam que podiam fazer de bobos aos negros Firmino, Manuel do Carmo e demais companheiros. Quando perceberam que queriam enganá-los, os escravos exigiram que todos saíssem da propriedade e se preparassem para retornar à cidade de Campina Grande. Antes de empreenderem a viagem de volta, os escravos aproveitaram para, mesmo que simbolicamente, irem à forra, submetendo aqueles senhores ao mesmo tratamento que estes estavam acostumados a dispensá-los. Algumas testemunhas foram unânimes em afirmar que os negros estavam muito agitados, pronun-

¹³ Luciano Mendonça de Lima, “Uma porta estreita para a liberdade: as ações cíveis e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX”, in Alarcon Agra do Ó *et alii*, *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*, João Pessoa, Idéia, 2003, pp. 47-76.

ando impróprios e xingando os prisioneiros, além de ameaçarem atirar em quem tentasse fugir. Essa inversão de papéis sociais num momento de crise parece não ter sido peculiar dos cativos campinenses. Quando se rebelaram em 1823, por exemplo, os mais de dez mil escravos de Demerara, colônia das Antilhas britânicas, tiveram atitude semelhante, colocando senhores e feitores no tronco, numa espécie de vingança histórica contra seus tradicionais opressores de classe.¹⁴

Ao chegarem à sede do município, aos brados de “viva a liberdade”, os escravos se dirigiram à casa de um dos prisioneiros e se apropriaram de um dos livros que procuravam. Em seguida, foram à residência do vigário. Começava aí o segundo ato de um drama cujo desfecho ainda estava longe do fim. Os escravos pediram ao padre o “livro de assuntos de batismo das crias livres”. A postura do prelado seria contraditória.¹⁵

Para melhor compreender essa cena, é preciso recuar no tempo e recuperar uma história passada três anos antes. Por ela sabe-se que a escrava Joaquina estava particularmente feliz num certo sábado de outubro de 1871, porque pela primeira vez ia dar à luz a uma criança livre, pois ouvira dizer, por meio de diversas pessoas, sobre a recém-publicada Lei do Ventre Livre. Com isso em mente, foi ao armazém de Antonio Martins de Souza com o intuito de comprar “Alfazemas ou coisas semelhantes” para o bebê que estava por vir. Ao chegar à loja foi cumprimentada pela mulher do comerciante pela boa nova. As duas chegaram, inclusive, a comentar o caso de uma parceira de cativo de Joaquina, cuja filha havia nascido livre no último dia de setembro daquele ano, dois dias após a sanção da lei dos nascituros. Tudo isso só aumentava a expectativa de Joaquina em relação ao breve nascimento de sua criança.

Como o comerciante Antonio Martins de Souza soubesse do que Manoel de Barros, seu parente e proprietário de Joaquina, era capaz para manter sob seu domínio mais uma cria escrava, mesmo que à revelia da lei, resolveu procurar o vigário Calixto Correia da Nóbrega para

¹⁴ ANRJ, Sumário de culpa por sedição, auto de perguntas feitas a Raymundo Theodorico José Dornellas e Antonio Martins de Souza, op. cit. Para os acontecimentos de Demerara, ver o monumental Emília Viotti da Costa, *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião de Demerara em 1823*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

¹⁵ ANRJ, Sumário de culpa por sedição, auto de perguntas feitas a Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, op. cit.

avisá-lo de uma possível tentativa de falsificação da data de nascimento do filho de Joaquina. Essa medida preventiva era importante, porque cabia ao pároco registrar, num livro à parte, todos os filhos de escravas que nascessem em Campina Grande a partir da publicação da nova lei.¹⁶

Parece que as piores previsões se cumpriram. Joaquina passou a ser pressionada de todas as maneiras. Seu senhor chegou a dizer que ia “quebrá-la de cacete se ela revelasse qualquer coisa que fosse em contrario ao que ele lhe tinha ordenado”, ou seja, se ela continuasse a achar que seu filho seria livre. Alguns dias depois, a criança veio ao mundo e de fato foi registrada como se escrava houvesse nascido. Como essa história era conhecida “por muitas pessoas” na cidade, o Juiz municipal de órfãos, Irinêo Joffily, acolheu denúncia em que “Manuel de Barros, morador em São Januário deste termo fizera batizar como escrava a uma filha de sua escrava Joaquina, nascida depois da lei de 28 setembro do corrente ano”, após o que instaurou processo e convocou testemunhas para a averiguação dos fatos. Na medida em que a investigação avançou, ficou-se sabendo que o crime tinha sido feito em cumplicidade com o vigário Calixto da Nóbrega. Para se defender da acusação, o prelado anexou aos autos um documento em que, dentre outras coisas, sentenciava:

Repilo a escravidão, e faço votos a Deus, para que ela seja extinta em nosso país [...]. Esta vigararia, Ilmo. senhor, deseja de todo o seu coração ver (antes de findar seus dias) o nosso país livre da escravidão, por que sabe perfeitamente que Deus não criou o homem para ser escravo, e afirma a V. S^a., que tem empregado todos os seus cuidados, e dado os mais terminantes conselhos aos seus reverendos estalados, para que se não dêem os fatos dos quais é falsamente acusado.¹⁷

¹⁶ Cumpre salientar que no cumprimento de vários dos dispositivos da Lei do Ventre Livre era reservado um importante papel ao trabalho dos párocos locais. Por exemplo, no artigo 8º, inciso 5, está dito que “Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000”. Ver *A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas*, Brasília, Senado Federal, 1988, vol. 1, p. 490.

¹⁷ SEDHIR/UFCG, Ação de liberdade da escrava Joaquina contra seu senhor Manuel de Barros, 1871. Nessa mesma ação, um outro padre, José Ambrozio da Costa Ramos, foi acusado de batizar como escrava a filha ingênua de uma cativa de Rufino Pereira de Barros, em São Pedro, termo de Campina Grande.

Apesar da retórica antiescravista que o vigário adotou em sua defesa, pesavam sobre ele sérias acusações no caso da escrava Joaquina. Todas as testemunhas arroladas, a começar por seu amigo Antonio Martins de Souza, foram unânimes em dizer que ele sabia da armação do senhor de Joaquina e mesmo assim registrara a criança na condição de escrava, aceitando que ela nascera antes da vigência da mencionada lei. Até o próprio sacristão da igreja matriz, Antonio Bernardo Lopes da Cunha, sabia que a criança era livre. Só o padre parecia não saber, preferindo dar ouvidos à versão de Manoel de Barros, o proprietário da mãe. Esse não parece ter sido um caso isolado. Na vizinha província de Pernambuco, uma historiadora encontrou vários exemplos de ingênuos registrados ilegalmente por seus senhores, contando com a chancela de padres e funcionários do governo. Apesar da crise da instituição, os proprietários continuavam fortemente apegados aos valores da escravidão. Alguns não pensaram duas vezes antes de burlar a lei, com o intuito de preservarem seu poder de mando ameaçado.¹⁸

O envolvimento do vigário de Campina Grande com temas escravistas continuou a persegui-lo nos anos seguintes. Além de fazer sua pregação costumeira contra a maçonaria e o governo ateu de D. Pedro II, no apogeu da chamada Questão Religiosa, o vigário foi acusado, em inquérito instaurado contra os sediciosos do Quebra-Quilos, de pronunciar do púlpito as seguintes palavras: “Escravos, fugi do jugo de vossos senhores, se acaso forem maçons o pai, o marido e o senhor”.¹⁹

Ora, na convulsão social em que a cidade estava mergulhada, os escravos buscaram nas palavras do vigário legitimidade para seus atos em busca da liberdade. Só que quando eles colocaram em prática aquelas palavras, o reverendo procurou apazigua-los, tornando-se intransi-

¹⁸ Sylvana Maria Brandão Vasconcelos, “A reforma social de 1871 em Pernambuco”, Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1992, pp. 101-134.

¹⁹ Nesse ponto é possível fazer um paralelo com a insurreição do Queimado, município do Espírito Santo. Os escravos acreditaram na promessa de um padre capuchinho que asseverara que, caso ajudassem a construir a igreja local, teriam como recompensa a alforria. Depois de muito esforço para erguer o templo, um grupo de duzentos deles foi ao encontro da boa nova, num dia de missa em homenagem a São José, em 1849. Percebendo que haviam sido enganados, os escravos iniciaram um dos mais sérios levantes da história da província, sendo brutalmente esmagados, cumprindo ainda penas de açoites e enforcamentos. Ver Vilma Almada, *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850/1888)*, Rio de Janeiro, Graal, 1984, pp. 169-172.

gente defensor da ordem escravista. Em vez do apoio esperado pelos escravos, o que ele fez foi persuadi-los a se dispersarem, afirmando que não era com atitudes de rebeldia que iriam conseguir se emancipar do jugo dos senhores. Mas os escravos não se deram por vencidos, já que em lugar de retornarem para suas casas, conforme pedira o vigário, continuaram levantados. Após esse episódio saíram em direção a Alagoa Nova, vilarejo próximo de Campina Grande, onde pretendiam se encontrar com um outro grupo de cativos levantados que lá os aguardava para novas investidas.

Tanto os eventos do sítio Timbaúba como este último envolvendo o vigário local podem ser evidências de que os escravos fizeram uma leitura própria da Lei do Ventre Livre. Para alguns abolicionistas, ela funcionou como um dique para conter a mobilização contra a escravidão e foi manipulada à exaustão por senhores e inescrupulosos funcionários civis e eclesiásticos, a ponto de tornar-se uma farsa em alguns casos; ao aprová-la, a intenção de alguns burocratas reformistas fora a de fazer a transição disciplinada e sem sobressaltos do trabalho escravo para o livre – o que ocorreria em alguma medida. Mas afinal as leis sempre são objeto de disputas. Nas mãos dos escravos, a de 1871 adquiriu sentidos radicalmente diferentes do que muitos imaginavam. Isso aconteceu em diversas partes do Império. E é o que parece ter acontecido em Campina Grande ao tempo do Quebra-Quilos. Aqui os escravos viraram a lei de ponta-cabeça, estabelecendo uma leitura própria de seus principais dispositivos, tencionando-os ao máximo, e confrontando de forma coletiva e organizada senhores e autoridades para libertar homens, mulheres e crianças ilegalmente escravizadas. Se há evidências de que os senhores estavam descumprindo a lei, conforme vimos há pouco, também os escravos procuraram usá-la conforme seus interesses. Faz sentido, mais uma vez, o fato de terem procurado, justamente, os livros que, na nova realidade legal, garantia, ou não, a posse de cativos (no caso, os livros de matrícula, de classificação de escravos e os de registro de nascimento e óbito de ingênuos). De fato, em Campina Grande, parte desses papéis foi queimada. Com isso, alguns senhores se viram, posteriormente, em dificuldade para comprovar que eram donos legítimos de seus escravos. Quanto a estes, temos notícias de que lançaram mão dessa nova situação

para, arduamente, obterem a liberdade. Por exemplo, Nicolau, Paulino, Miguel, Domingos, Manoel, Antonio, Thereza e Ursula se aproveitaram de um descuido de seu senhor para roubar a cópia do registro da matrícula de 1872. Quando do novo registro, em 1876, o proprietário dos escravos, José de Vasconcelos, teve que entrar com uma ação na justiça para provar, sem êxito, o seu domínio sobre eles. Ao final os oito cativos foram declarados livres pela justiça.²⁰

Obsessão por “papéis” parece não ter sido uma característica exclusiva dos escravos de Campina Grande. Aqui, uma vez mais, a insurreição de Demerara nos serve de inspiração. Os cativos de lá tomaram conhecimento de que o parlamento inglês estava discutindo uma série de leis referentes a suas vidas, tais como as que diziam respeito a participarem nos cultos cristãos realizados nas capelas das fazendas; dias livres para cultivarem suas roças; proibição dos açoites etc. Desse modo, quando decidiram conspirar em 1823, seus sonhos de uma vida melhor também foram embalados por expectativas de emancipação criadas no além-mar. Tudo isso nos diz muito da incrível capacidade política dos afro-americanos (egressos, em sua maioria, de comunidades em que imperava a tradição oral) de se apropriarem rapidamente dos códigos burocráticos em que estavam assentadas as sociedades onde eram obrigados a se inserir como escravos no Novo Mundo.²¹

Por outro lado, é possível aventar a hipótese de que alguns escravos campinenses se envolveram no movimento porque perceberam uma deterioração de suas condições de vida. Vivia-se então uma grave crise da economia local, particularmente o setor algodoeiro, devido à recuperação da produção americana no período posterior à Guerra de Secessão. Além disso, após a Guerra do Paraguai os rearranjos de poder no

²⁰ Museu Histórico de Campina Grande, Ação de José de O. Vasconcelos contra os seus escravos Nicolau, Paulino, Miguel, Domingos, Manoel, Antonio, Thereza e Ursula, a fim de reformar o instrumento de matrícula, 1877. Para o debate historiográfico em torno da Lei do Ventre Livre, ver Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 112-146; Ademir Gebara, *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871 - 1888)*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 11-75; Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 95-174. Uma discussão das questões mais gerais acerca das complexas relações entre lei, história e conflitos sociais encontra-se em E. P. Thompson, *Senhores e caçadores*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 348-361.

²¹ Costa, *Coroas de glória*, pp. 204-243.

Império privilegiaram os setores da classe dominante do centro-sul, em detrimento das elites das províncias do norte, expresso nas políticas de “melhoramentos material e moral”, processo esse intensificado no gabinete conservador do visconde de Rio Branco, entre 1871 e 1875. Não por acaso, é por essa mesma época que se avolumam as queixas, através dos representantes desta mesma elite no parlamento e na imprensa, contra o governo imperial, por este estar carreando recursos da nação para beneficiar apenas os proprietários de uma única região, ou seja, os cafeicultores do centro-sul, através da abertura de linhas de crédito, construção de estradas de ferro, primeiras medidas no incentivo à imigração etc. Enquanto isso, os proprietários locais perdiam mão-de-obra, viam seus produtos agrícolas caírem de cotação no mercado e, ao mesmo tempo, arcavam com a cobrança de novos impostos.²²

Diante desse quadro, os proprietários tenderam a buscar uma saída através da intensificação da exploração dos trabalhadores pobres livres e escravizados. Para os cativos isto significaria extensão da jornada de trabalho; mais e maiores castigos físicos; vigilância redobrada na liberdade de movimento etc. Estudando a economia e sociedade do antigo município de Campina Grande nessa mesma época, a historiadora Marly Vianna mostra, por exemplo, que apesar das adversidades os mais aquinhoados produtores locais conseguiram se “modernizar”, adquirindo maquinário para o benefício do algodão, no sentido de manter os padrões da produção em níveis anteriores, não obstante a diminuição do emprego de mão-de-obra, quer escrava ou livre. Concomitante a tudo isso, observa-se a elaboração de uma draconiana legislação contra a vadiagem, com o objetivo de moldar os trabalhadores aos “novos tempos”. Por outro lado, é de se destacar o aumento significativo na criminalidade (especialmente envolvendo escravos) registrada no município, uma possível resposta dos grupos subalternos a todo um processo que alterava aspectos importantes do cotidiano dessa população.²³

²² Evaldo Cabral de Melo, *O norte agrário e o Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

²³ Marly de Almeida Gomes Vianna, “A estrutura de distribuição de terras no município de Campina Grande (1840/1905)”, Dissertação de Mestrado em Economia Rural, Campina Grande, UFPB, 1985; Luciano Mendonça de Lima, “Pregando peças, cativando sonhos: escravidão e resistência escrava em Campina Grande (1850-1888)”, Monografia de Bacharelado em História, Campina Grande, UFPB, 1989.

Some-se a tudo isso a plena vigência do tráfico interprovincial por esse tempo. Para os escravos locais, o pior dos mundos imagináveis era serem vendidos para as fazendas de café de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais. Esse temor não se dava por acaso. Por aqui, bem ou mal, ao longo de décadas, eles haviam construído espaços de sobrevivência no interior do sistema, com os quais estavam acostumados. Não é que vivessem no melhor dos mundos. Não se trata disso. Porém, era fato que para os escravos o tráfico era uma dolorosa reviravolta, arrancando-os bruscamente de um ambiente humano pacientemente construído, destruindo valores, sentimentos e projetos de vida.

Nessa conjuntura de transformações, a população escrava de Campina Grande se reduzia a cada ano. Em 1850 o município contava com 3.446 escravos, em 1872 este número caiu para 1.105. Em pouco mais de duas décadas a população escrava fora reduzida em quase setenta por cento. É certo que muitos fatores contribuíram para esse desfecho, a exemplo das estiagens periódicas que assolavam a região, mortalidade, alforrias etc. Porém, não há dúvidas de que uma das razões mais importantes foi a transferência de escravos para outras regiões. Nessa perspectiva, os proprietários locais aproveitaram a ocasião para ganhar uns bons contos de réis no lucrativo negócio de seres humanos e, de quebra, se livrarem de alguns cativos particularmente indesejáveis.²⁴

Vamos exemplificar melhor isso através de fragmentos de histórias vividas durante aqueles dramáticos tempos. No ano de 1873, Alexandrino Cavalcante — um dos grandes potentados locais, proprietário de terras e escravos, dono do Mercado Novo e um dos líderes do partido conservador — resolveu vender para as bandas do sul quatro de

²⁴ Nunca saberemos ao certo o número exato de escravos exportados das províncias do norte para as do sul, em função da precariedade das fontes, do contrabando etc. De qualquer maneira, foram levas e mais levas de crianças, mulheres e homens, principalmente dos setores agrícolas mais vulneráveis, como também de núcleos urbanos, tendo sido a década de setenta o auge. Levando em consideração essas ressalvas, Chalhoub, baseado em dados levantados por Robert Slenes, afirma que foi em torno de 200.000 o contingente de negros envolvidos no tráfico interprovincial entre as duas regiões do Império do Brasil, entre os anos de 1850 e 1881. No que se refere a aspectos locais dessa questão, um estudo detectou que, em 1870, apenas dez escravos passaram legalmente pela alfândega da Paraíba. Em 1874 esse número chegou a 140, e pode demonstrar uma tendência. Ver Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 43; Diana Soares de Galliza, *O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)*, João Pessoa, Ed. UFPB, 1979, p. 115.

seus escravos, Luiza, Angélica, Francisca e Valentim. Como sempre costumava fazer, ele contratou alguém de sua confiança para facilitar as coisas. De posse de uma procuração, esse homem se dirigiu à capital da província, a cidade da Paraíba do Norte, onde se apresentou perante um português de nome João Pedro de Mello, chefe e principal acionista da firma Mello & Cia. Esta firma se especializava em comprar escravos no mercado local e exportá-los para as províncias do centro-sul. Para atrair clientes, além dos contatos pessoais, seu proprietário costumava estampar anúncios de compra e venda de escravos nos principais jornais da praça. Após as operações de praxe, os escravos de Cavalcanti foram embarcados para o Recife, de onde rumaram “com destino ao Rio de Janeiro, em um dos paquetes da Companhia Brasileira”.²⁵

É provável que alguns escravos tenham sido impelidos para a insurreição de 1874 em função dos efeitos deletérios que o tráfico vinha gerando no seio da comunidade escrava campinense. Os escravos se aproveitaram de uma conjuntura crítica para tentar por termo a um tipo de situação ameaçadora. Coincidência ou não, nos anos que se seguiram imediatamente ao levante, a população escrava de Campina Grande tendeu a se estabilizar, interrompendo por algum tempo o intenso fluxo de sua transferência para outras regiões.²⁶

Divergem as fontes quanto ao número de escravos que tomaram parte do levante em Campina Grande. Uma testemunha ocular, o procurador da câmara municipal, assegurou que esse número oscilou entre trinta e quarenta, calculados por baixo, pois possivelmente ele se referia apenas ao grupo que cercara o sítio Timbaúba. No outro extremo se encontram os dados apresentados por um cronista local, que chegou a afirmar que “os escravos agregaram-se em número de quase quatrocentos”. Mas este autor não indicou sua fonte. Outros ainda se referem ge-

²⁵ APP, Ofício expedido pelo chefe de polícia da província da Paraíba do Norte ao chefe de polícia da província de Pernambuco, Reservado n° 44, cx. 002, 1873. Por esse documento secreto, ficamos sabendo que o referido proprietário foi acusado de sonegar impostos ao embarcar ilegalmente os referidos escravos para o sul, uma queixa relativamente comum das autoridades alfandegárias provinciais.

²⁶ O número de escravos de Campina estabilizou, com uma pequena oscilação para cima. Enquanto em 1872 eram 1.115, quatro anos depois, em 1876, existiam 1.206 escravos. Ver Vianna, “A estrutura”, p. 191.

nericamente a “grande número de escravos”. Embora não haja como resolver essa questão, acredito que a verdade esteja entre um dado e outro, tendo passado de cem os rebelados, se somarmos os três diferentes grupos que em algum momento se envolveram nos acontecimentos, cada um contando com, pelo menos, trinta a quarenta rebeldes.²⁷

Uma dificuldade extra para se reconstituir os passos dos escravos no Quebra-Quilos é o caráter lacunar e a forma muitas vezes opaca com que as fontes se referem aos que tomaram parte no episódio. Ciente dessas dificuldades, busco traçar em seguida um perfil dos que aparecem como líderes, a partir de um conjunto de evidências diretas e indiretas. Espero que com essa caracterização possamos melhor entender as motivações específicas daqueles personagens e, ao mesmo tempo, como seus destinos individuais se entrelaçaram ao de um movimento coletivo.

Um escravo especialmente temido por senhores e autoridades policiais da região, era o nosso já conhecido Firmino. Seu primeiro senhor fora certo Damião Delgado, morador em Três Irmãs, povoado pertencente ao município de Campina Grande. Na propriedade desse senhor ele se iniciara na lida cotidiana da agricultura. Sua vida sofreu uma importante mudança quando, ainda jovem, foi vendido para o nosso já conhecido Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, sendo assim obrigado a afastar-se de parentes e amigos, para trabalhar numa grande propriedade de algodão. Apesar da troca de senhor, de vez em quando ele ia visitar seus parentes, especialmente a Manoel do Carmo, seu irmão. Porém, sua vida começou a tomar um novo rumo mesmo quando seu novo senhor resolveu vendê-lo para fora da província, em outubro de 1872.²⁸

Como grande comerciante e fazendeiro que era, seu senhor estava acostumado à rotina do comércio de escravos, fosse no mercado local ou no comércio interprovincial, conforme já vimos há pouco. Desta vez, para executar o serviço, ele resolveu contratar Antonio Freire de Andrade, agricultor e negociante, morador em Marinho, termo de Campina Gran-

²⁷ João Mendes (org.), *Anuário de Campina Grande de 1925*, Recife, Gráfica do Jornal do Comércio, 1925, pp. 5-13.

²⁸ Cartório da Primeira Vara Criminal de Campina Grande (doravante CPVCCG), Sumário de crime de tentativa de morte. Autor: Antonio Freire de Andrade. Réus; escravos de Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, Antonio Ignácio e Firmino, 1872.

de. A tarefa de Andrade consistia em “dispor de alguns escravos, e animais vacum e cavalari” a serem vendidos para a vizinha província de Pernambuco, em troca de uma comissão. Tudo caminhou bem até a noite de 7 de outubro de 1872, quando os dois escravos começaram a tramar a morte de Antonio Freire. As testemunhas arroladas no processo contaram que este se achava deitado em uma rede na sala de sua casa. Por volta das nove horas da noite, os dois escravos começaram a circular pela sala. Depois de tomarem umas “lapadas” de aguardente, um deles resolveu acender um cigarro no único candeeiro do recinto. Num determinado momento o facho de luz se apagou e os negros agiram. Tudo indica que Firmino, armado com uma pequena faca, investiu contra o comerciante, que mal teve tempo de gritar - “e o negro não matou-me?”. Firmino conseguiu desfechar dois golpes certos, o primeiro atravessou um dos braços e atingiu o estômago da vítima, o outro cortou-lhe a coxa, fazendo dois buracos na ceroula que vestia. Apesar de alguns vizinhos terem gritado “segure os negros”, ambos conseguiram sair correndo pela porta da cozinha e se embrenhar no matagal próximo. Passados alguns dias, ao tomarem conhecimento de que a vítima havia escapado com vida, os dois escravos prometeram voltar para acabar o serviço, dessa vez com uma arma de fogo. Quando foi informado disso, Antonio Freire ficou tão assustado que, por precaução, resolveu mudar-se para a casa do sogro.²⁹

Quando da abertura do processo, as autoridades policiais e judiciárias procuraram incriminar os dois escravos no grau máximo de culpa. Nessa estratégia de produção da “verdade”, qualquer argumento valia. Nas palavras do juiz de Direito, Firmino e Antonio teriam sido movidos por “motivos frívolos” e agido qual “tigres furiosos” contra a “pobre” vítima.

Um dos acusados, Antonio, logo capturado, se encarregou de apresentar sua versão dos fatos. Durante um interrogatório realizado no ano seguinte ao ocorrido, em 26 de fevereiro de 1873, ele jogou toda a culpa sobre seu parceiro, que ainda estava foragido. Quando lhe foi perguntado porquê Firmino cometera o crime:

²⁹ Idem.

Respondeu que não lhe disse a razão de ter dado as facadas, mas ele interrogado supõe ter sido por ter o mesmo Antonio Freire declarado que ia vender a ele interrogado e seu companheiro que seriam vendidos mesmo em Goiana, e ainda por ter dito o mesmo Freire que havia de surrá-los por ter desaparecido uma toalha.³⁰

Nessa mesma linha de raciocínio, perguntado se tinha receio de que seu senhor o vendesse para o sul do país, Antonio Ignacio “respondeu que tinha [...], e que quando soube no Marinho que ia ser vendido por lhe dizer Firmino só teve desejos de fugir”.³¹

Estes são detalhes importantes, que nos permitem recompor, com alguma densidade, os significados dessa história. Longe de “motivos frívolos”, Firmino e Antonio tiveram fortes razões para lançar mão de um recurso extremo, numa tentativa de interferir no curso de suas vidas, prestes a tomar um rumo radicalmente desfavorável. A essa tensão somou-se a ameaça de castigo do traficante. Mas foi certamente a questão da venda o fator decisivo. Os escravos foram tomados de surpresa. Chama atenção que Alexandrino, senhor deles, não os tivesse em nenhum momento comunicado que seriam vendidos. Tudo indica que Firmino e Antonio achavam que a tarefa de tanger bois naquele dia era parte de suas rotinas de trabalho, se encerrando quando chegassem a Marinho, de onde retornariam para casa. Mesmo sabendo que um dia pudesse acontecer com eles o que antes havia se passado com outros parceiros, ambos ficaram certamente angustiados quando, naquela noite, souberam que seriam vendidos para o centro-sul do país. Foi a partir daí que começaram a arquitetar um plano. Àquela altura, nem a ameaça expressa de surrá-los impediu-os de atentar contra a vida de Antonio Freire.

Experimentado nesse tipo de negócio, Alexandrino Cavalcante sonou a informação da venda aos escravos para evitar uma reação indesejável, como a fuga ou algum ato de violência. Seu cálculo não estava errado. Quem terminou se dando mal foi seu preposto, que quase morrera. Mas quem realmente se deu mal foi o escravo Antonio, senten-

³⁰ Idem.

³¹ CPVCCG, Sumário de crime de tentativa de morte, op. cit.

ciado à pena de cem açoites e a usar uma gargalheira durante seis anos. Quanto a Firmino, tornou-se um fora-da-lei.

Pouco antes do episódio do Quebra-Quilos, em fins de agosto de 1874, novamente nos deparamos com Firmino envolvido em outro rumoroso crime. Dois dias depois do fato, sua vítima, Manoel Joaquim Velho, 41 anos, declarou perante o delegado:

Quem lhe tinha dado o tiro nele tinha sido o escravo Firmino de propriedade de Alexandrino Cavalcante d'Albuquerque; ele o vira e até falara com ele, e vendo-o armado e como que com arma engatilhada receou e procurou fugir-lhe pondo-se na carreira, mas que mesmo não lhe pode escapar ter recebido um tiro e um ferimento na coxa da perna esquerda.³²

A vítima veio a falecer poucos dias depois deste depoimento. Antes, porém, declarou a parentes e vizinhos que por trás do atentado estava Manoel Pereira de Araújo. Firmino tinha virado pistoleiro. Com o correr do inquérito ficamos sabendo por várias testemunhas que Arthur Cavalcante de Albuquerque, sobrinho de Alexandrino Cavalcante, o senhor de Firmino, teria sido o mentor intelectual do crime. Como pano de fundo havia uma rixa pessoal entre os dois suspeitos e a vítima, envolvendo, dentre outras coisas, denúncias de furto de animais e de traição amorosa. Mas esta era apenas parte de uma história muito mais interessante e complexa.

Tendo sido ou não contratado para fazer um serviço “sujo” para um desses homens, a verdade é que Firmino não fora um mero fantoche. Ele podia ter boas razões para agir daquele modo. Como vimos acima, desde o crime contra Antonio Freire de Andrade, Firmino andava escondido, fugido da polícia e de seu senhor, carregando com ele a fama de mau. Sempre que se sentia perseguido ou vigiado, prometia vingança. Uma testemunha mencionou que ele dissera a alguém que atirara em Manoel Velho porque este andava “espionando-o” nos matos. Ou seja, o falecido parecia estar juntando informações para denunciá-lo à polícia. Eis motivo mais do que suficiente para o crime.

³² CPVCCG, Sumário de culpa por crime de morte, Ex-ofício, Autora a Justiça Pública, Réus Manoel Pereira de Araújo, Artur Cavalcante de Albuquerque e Firmino escravo, 1874.

Uma outra testemunha detalhou melhor o encontro entre réu e vítima, encontro que nos leva a outras questões. Quando passou próximo à casa de Manoel Velho, Firmino o avistou e fez questão de saudá-lo, dizendo, não sem uma pitada de ironia, “a Deus seu Manoelzinho”, perguntando em seguida por sua saúde. O sujeito mal teve tempo de responder, porque foi fulminado com um tiro a queima roupa.

Essa passagem merece uma reflexão. Sabemos que a sociedade escravista tinha uma série de normas e convenções sociais, que deveriam pautar o comportamento dos escravos. Além do trabalho e da obediência, eram exigidas dos escravos atitudes de deferência para com senhores e homens brancos em geral. Só que isso era uma meta, um ideal, que nem sempre resistia às injunções e conflitos da vida diária. Em certas situações os escravos podiam “representar” esse papel social, de um ser aparentemente passivo e inerte que a ideologia senhorial desejava. Mas ele podia de repente transformar-se no oposto, indo do deboche à violência explícita contra símbolos e representantes da ordem social. A cena que acabamos de descrever sintetiza bem isso. Se quisesse, Firmino poderia ter utilizado uma estratégia mais segura e eficiente para atingir seu objetivo, atirando de uma tocaia e em seguida desaparecendo, para assim evitar o flagrante. Não foi o que fez. Preferiu, ao contrário, vestir uma espécie de “máscara social”, representando subserviência e reverência diante de Velho, para em seguida tornar-se o seu algoz.

Personagens como Firmino, apesar de suas ambigüidades, estão bem distantes das imagens estereotipadas que uma certa historiografia ajudou a construir, transformando-os em prisioneiros, quer da vontade senhorial, quer de engrenagens econômicas e sociais do sistema escravista. Aqui estamos nos referindo às abordagens clássicas de Gilberto Freyre e Fernando Henrique Cardoso que, embora pareçam diametralmente opostas em muitos aspectos, no que diz respeito à negação dos escravos como sujeitos de sua própria história terminam se irmanando. A título de exemplo, valeria a pena lembrar a forma como ambos inserem os escravos nos movimentos políticos e sociais das camadas livres da sociedade. Em relação às províncias do norte, o sociólogo pernambucano afirmou que os escravos iam a reboque dos senhores nas tradicionais (e muitas vezes sangrentas) lutas de famílias, guerreando fielmente do lado de seus res-

pectivos clãs. Quanto ao sociólogo paulista, estudando a sociedade gaúcha do mesmo período, constata que os negros se transformaram em verdadeira “massa de manobra” no interior de movimentos articulados por setores de elite, como foi o caso da Farroupilha. Quer dizer, por diferentes caminhos, ambos os autores acabam destituindo de racionalidade política própria o comportamento do escravo, incluindo aí a sua participação em eventos de outros grupos sociais.³³

Mas a história de Firmino coloca o historiador da escravidão diante de outras questões importantes. Por exemplo, ela nos remete ao delicado problema do armamento de escravos em certas circunstâncias. Embora legalmente proibido, podia acontecer dos senhores armarem seus escravos para resolver rixas pessoais e políticas contra desafetos. O perigo era que essas armas se voltassem contra os próprios senhores. No caso de Firmino, é bem possível que a mesma arma de fogo que utilizou para matar ao dito Manoel Joaquim Velho tenha sido aquela com que se apresentou à frente do grupo que prendeu e ameaçou membros da classe dominante local durante o Quebra-Quilos, exigindo a liberdade, na lei ou na marra, de seus companheiros de cativeiro. Assim, por mais uma das tantas ironias da história, a mesma mão que antes “afagava” era a mesma que podia apedrejar, digo melhor, apertar o gatilho.

Ao longo dos anos em que permaneceu foragido, Firmino se tornou verdadeiro “terror” para os responsáveis pela ordem pública. Desde meados de 1872, vivia embrenhado nos matagais e serras ao redor de Campina Grande. Como ele sobreviveu tanto tempo? Por que sempre escapava das investidas da polícia?

O delegado responsável pelo inquérito policial instaurado para apurar a morte de Manoel Joaquim Velho, o capitão João Peixoto de Vasconcelos, nos dá uma importante pista. Em ofício de 1º de setembro de 1874, ele comunicou ao chefe de polícia da província acerca das dificuldades para capturar Firmino e, ao mesmo tempo, traçou uma espécie de “ficha de maus antecedentes” do mesmo:

³³ Gilberto Freyre, *Casa-grande & Senzala*, 31ª ed, Rio de Janeiro, Record, 1996, p. 343; Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 147.

Esse negro é criminoso a 3 anos pouco mais ou menos, o seu senhor Alexandrino possui outros escravos espalhados em algumas fazendas, onde seus parceiros o acoita, e não sabe-se lugar certo de sua residência, e tem escapado a algumas diligências que tenho procedido; em companhia do escravo Firmino, anda também um negro de nome Manoel do Carmo, criminoso de tentativa de morte neste termo.³⁴

Alguns dias depois essa mesma autoridade voltaria a bater na mesma tecla:

A poucos dias sabendo, que estes negros tinham sido vistos na fazenda de seu senhor Alexandrino no Riachão duas léguas desta cidade imediatamente dirige-me apressadamente com um oficial de justiça e a força de meu comando para dito lugar, varejei todas as casas e lugares, que desconfiava encontra-los, porém não foi possível encontrá-los. A três anos pouco mais ou menos, 2 ditos negros freqüentam este termo, e me consta, que tem se feito muitos desatinos [...], só eles sendo protegidos d'alguns, podem a tanto tempo iludirem a policia, que consta-me que qualquer movimento de força são eles avisados.³⁵

Tudo isso se passava às vésperas da eclosão do Quebra-Quilos. É possível que Firmino tenha desempenhado um papel fundamental na articulação e convencimento de seus companheiros para a luta. Nesse intervalo de tempo, ele adquirira experiência no uso de armas de fogo, reconhecera melhor o terreno por onde agora transitava com desenvoltura e, acima de tudo, não perdera contato com a escravaria nas senzalas, estabelecendo assim uma extensa rede subterrânea de solidariedade e cumplicidade. Se para as classes dominantes locais ele representava o terror, para os seus parceiros figurava como um exemplo de ousadia na busca da liberdade, e um estrategista que soubera aproveitar-se de um momento em que senhores e autoridades estavam acuados, sem grandes

³⁴ APP, Ofício da Delegacia de Polícia da Cidade de Campina Grande ao Chefe de Polícia da província em 1º de setembro de 1874, cx. 060, 1874.

³⁵ As peripécias do escravo Firmino não se reduziram apenas a dois crimes. Em outra ocasião, ele teria armado uma emboscada contra o subdelegado local, de nome Antonio Nunes Viana. Ver APP, Ofício da Delegacia de Polícia da cidade de Campina Grande ao Chefe de polícia da província em 9 de setembro de 1874, cx. 060, 1874.

meios de defender a ordem pública ameaçada por outros perigos sociais, naqueles meses finais de 1874.

Quanto a Manoel do Carmo, foi outro líder de destaque na organização da insurreição dos negros em Campina Grande. Este escravo pertencia ao senhor do engenho Cana Braba, no lugar denominado Lucas, distante aproximadamente três léguas da cidade. Era irmão de Firmino e, a exemplo deste, também estava envolvido em crimes de morte. Os dois nasceram e cresceram na mesma casa senhorial. A venda de Firmino não os afastaria um do outro, visto que continuavam a se visitar. A este respeito, é sugestivo que a primeira pessoa a quem Firmino procurou, depois de ferir gravemente a Manoel Joaquim Velho, foi exatamente a Manoel. Compunham uma espécie de “dupla do barulho”, tendo aprontado vários “desatinos” contra seus adversários pessoais e sociais, antes de se envolverem no Quebra-Quilos, onde aparecem comandando o grupo que cercou o sítio Timbaúba, transformando em reféns os que lá se encontravam. Desde que entraram na criminalidade, passariam a engrossar as fileiras de um grupo que a documentação de época denominava de “negros do mato”, o contraponto rebelde da sinistra figura do capitão-do-mato. Ao que tudo indica, tratava-se de escravos há algum tempo fugidos das fazendas circunvizinhas, que periodicamente faziam pequenas incursões a propriedades e tavernas locais, tendo se juntado aos rebeldes quando do levante.

Outro que teve seu nome ligado ao movimento foi o negro liberto Benedicto José Domingues de Figueiredo, que em 1874 devia ter mais ou menos 27 anos de idade e vivia do seu ofício de sapateiro. Como muitos ex-escravos do Brasil oitocentista, teve sua trajetória marcada por muitas contradições, típicas de quem vivia uma experiência a meio termo entre a escravidão e a liberdade. Sua alforria fora conquistada depois de muito esforço e barganha com seu antigo senhor. Mesmo depois de liberto, os brancos continuavam a esperar dele obediência, trabalho e humildade. Embora formalmente livre dos aspectos mais terríveis do cotidiano do cativo, ele constatava que muitos de seus conhecidos permaneciam escravos. Prova maior desse drama, Benedicto a tinha na própria casa, pois, embora sua mãe, de nome Catarina, fosse liberta como ele, sua mulher era escrava de Bento Gomes Pereira Luna, justamente um dos

que foram aprisionados pelos revoltosos. Talvez ele tivesse visto naquele quadro de desordens difusas uma chance de arrancar a liberdade, não só de sua esposa, mas também a de outros escravos.³⁶

Apesar de tudo, Benedicto possuía algumas vantagens que outros não tinham. Estas advinham de sua profissão, tipicamente urbana, que de certa forma o preparava para momentos de comoção social. Após um dia de trabalho, artesãos como ele costumavam se dirigir às tabernas e vendas para beber, conversar sobre as últimas novidades, acertar ocasionais encomendas com fregueses etc. Isso fazia com que eles tivessem uma visão de mundo mais ampla, fenômeno para o qual os historiadores vêm chamando atenção. Por isso mesmo, eram tidos como folgados, irrequietos, amantes da liberdade e, quando escravos, dados a fugir. A esse respeito, no ano de 1870, um jornal da capital da província estampou por vários dias o retrato vivo de um representante da categoria:

Fugiu em outubro de 1864 o escravo Pedro, mulato claro, de 19 a 20 anos, quando fugiu assinava o nome e lia alguma cousa, sapateiro, estatura regular, feições miúdas, bem parecido, cabelos louros e cacheados, olhos bonitos, nariz afilado, dentes alimados, boca e orelhas pequenas, sambista, gosta de andar calçado, inculca-se forro, pachola.³⁷

Não sabemos se, quando escravo, Benedicto tivera um currículo de vida tão multifacetado como o de Pedro, seu igual em cativo e profissão. De qualquer maneira, resta pouca dúvida quanto ao fato de

³⁶ CPVCCG, Sumário de culpa por crime de furto, Autora a justiça pública. Réus Sebastião Augusto de Souza e Benedicto de Figueiredo, 1886.

³⁷ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Jornal da Parahyba*, 3/01/1870. Foram vários os movimentos que contaram com a participação de sapateiros e outros artesãos, a exemplo da conspiração dos alfaiates, em 1798, e do levante do malês, em 1835, ambos na Bahia. Um famoso personagem, que se destacou na luta contra a escravidão no Brasil do século XIX, que também exerceu o ofício de sapateiro por algum tempo, foi o “rábula da liberdade”, o fascinante ex-escravo e abolicionista Luiz Gama. Ver, respectivamente, Kátia M. de Queirós Mattoso, *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*, Salvador, Corrupio, 2004, p. 46; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, pp. 350-389; e Alciene Azevedo, “Entre escravos e doutores: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo”, Dissertação de Mestrado em História, Campinas, Unicamp, 1997. Para uma bela abordagem da “notável reputação” dos sapateiros como trabalhadores politicamente rebeldes, ver Eric Hobsbawm e Joan Scott, “Sapateiros politizados”, in Eric Hobsbawm, *Mundos do trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 149-189.

que o tipo de ocupação que tinha terminou se transformando num importante fator para participar do planejamento e execução do movimento, funcionando na cidade como um elo de ligação entre os outros grupos de escravos vindos das propriedades rurais do município. Na documentação pesquisada, ele aparece como o principal agitador do grupo que se agregou ao movimento com a chegada dos prisioneiros do sítio Timbaúba a Campina Grande, sendo por isso indiciado e preso a mando do delegado encarregado das investigações preliminares sobre o Quebra-Quilos, como se depreende do seguinte trecho:

Em cumprimento da portaria supra do Illm^o. Sr. Dr. Juiz de Direito d'esta Comarca, certifico, que o indivíduo de nome Benedicto José Domingues de Figueiredo, foi recolhido a cadeia desta cidade d'ordem do Illm^o Sr. Tenente Coronel delegado d'este termo, como cabeça do crime de insurreição [...]. Cadeia da Cidade de Campina Grande, 24 de janeiro de 1875 - O carcereiro da mesma José Silvestre d'Araújo.³⁸

Curiosamente, Benedicto terminou se beneficiando do fogo cruzado de palavras e interesses que se seguiu, envolvendo, de um lado, o juiz de Direito e, de outro, o chefe de polícia, tendo como pano de fundo divergências políticas e conflito de autoridade resultantes do clima de desordem social então reinante. Por isso mesmo, alguns dias depois seria posto em liberdade, conforme as palavras de um outro magistrado local:

Cumpre-me ainda levar ao conhecimento de V.S., que o indivíduo de nome Benedicto de tal, recolhido à cadeia publica como cúmplice na insurreição por ter animado, e excitado aos escravos, o que ventilou-se do inquérito, que a tal respeito procedeu o Tenente coronel delegado de policia, foi com outros posto em liberdade.³⁹

Coube ao nosso já conhecido coronel Alexandrino Cavalcante de Albuquerque organizar as forças da repressão. Este senhor tinha todos os motivos do mundo para proceder dessa forma, a começar pelo fato elemen-

³⁸ ANRJ, Resposta do juiz de Direito da Comarca de Campina Grande, Bacharel Antonio da Trindade Henriques, ao Relatório do Chefe de Polícia Manoel Caldas Barreto sobre os movimentos sediciosos havidos nesta província, apresentado ao Exm^o. Sr. Presidente da mesma, Sr. Silvino Elvídio C. da Cunha em 23 de Fevereiro de 1875, Documento n^o 17, 1875.

³⁹ Idem, Documento n^o 18.

tar de que nove de seus escravos haviam ajudado a engrossar as fileiras do movimento, incluindo o negro Firmino. Para salvar os seus interesses e os de sua classe, lançou mão de mecanismos os mais inusitados possíveis: arregimentou uma milícia particular, incluindo grupos de quebra-quilos, que saiu à caça dos levantados juntamente com as forças legais comandadas pelo delegado de polícia local. A maioria dos rebeldes deve ter sido capturada, enquanto outros podem ter fugido ainda por algum tempo.

Desse modo, podemos afirmar que, embora os escravos tivessem sido os últimos a entrar em cena, foram os primeiros a sofrer os efeitos da repressão ao Quebra-Quilos. Em dezembro de 1874, com a chegada das forças militares comandadas pelo coronel Severiano da Fonseca, provenientes da Corte, a sorte do movimento já estava selada.

Conclusão

É chegada a hora de concluir. Ao debruçar nosso olhar sobre o Quebra-Quilos no antigo município de Campina Grande, vimos passar à nossa vista muitas experiências sociais e políticas, sendo que, no curso dos acontecimentos, algumas se cruzaram, outras se excluíram, outras tantas caminharam paralelas. Aqui busquei priorizar a participação dos escravos no movimento, aspecto que contemporâneos e historiadores relegaram a último plano. Neste sentido, todo o esforço foi no sentido de juntar fragmentos dessa história que nos permitissem estabelecer novos parâmetros interpretativos para o tema. Conforme procurei esclarecer, o Quebra-Quilos foi uma revolta popular que contou com a adesão das mais variadas camadas sociais pobres e livres das quatro províncias do norte do Império, tais como pequenos comerciantes, agricultores, feirantes, moradores, agregados, vaqueiros, rendeiros, artesãos, desocupados etc.

Os escravos se aproveitaram dessa conjuntura agitada e algum tempo depois se agregaram ao movimento. Embora estabelecessem formas de solidariedade no dia-a-dia e partilhassem muitos aspectos da vida cotidiana, particularmente as suas agruras, isso por si só não seria suficiente para que escravos e pobres livres atuassem em conjunto contra adversários comuns, quais sejam, os grandes proprietários e as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem imperial ameaçada. Uma

possível razão talvez fosse a circunstância de que os interesses escravistas ainda eram fortes o suficiente para juntar numa mesma frente grandes, pequenos e médios proprietários. Sabemos que, a exemplo de outros municípios do Brasil escravista, a estrutura de posse escrava em Campina Grande era “elástica” o suficiente, sendo o proprietário típico local aquele que possuía entre um e quatro escravos. Esses pequenos escravistas muitas vezes dependiam para sobreviver diretamente do trabalho de seus poucos cativos, situação que se acentuava em momentos de crise econômica e social, caso da década de setenta, com os problemas que atingiam o algodão, a produção e comércio de alimentos e o próprio declínio e perda de legitimidade da instituição escravista.

Nesse sentido, é possível pensar que muitos dos que inicialmente aderiram ao movimento tenham visto com preocupação e espanto a entrada em cena dos escravos, após cerca de um mês do início das manifestações populares. Em uma situação-limite de comoção social, prevaleceu entre “grandes” e “pequenos” o instinto de sobrevivência e de preservação de certo modo de vida ameaçado. Assim, podemos dizer que os escravos entraram na festa sem serem convidados, à revelia de tudo e de todos. Tiveram que trilhar um caminho próprio, com palavras de ordem e estratégias de luta específicas.

Os escravos campinenses articularam, no contexto de um movimento de homens livres, uma insurreição. Mas afinal o que é uma insurreição? É a mais espetacular manifestação de resistência escrava, uma forma particular de luta coletiva pela liberdade, como sugere o historiador Eugene Genovese. Porém, uma insurreição podia adquirir diferentes significados e ser movida por objetivos variados, desde destruir o sistema como um todo a corrigir excessos mantendo a opressão em níveis suportáveis. Nalgum lugar entre um e outro, podia-se reivindicar a liberdade apenas para um grupo específico de escravos, ou a reforma institucional da escravidão.⁴⁰

⁴⁰ Eugene Genovese, *Da rebelião à revolução*, São Paulo, Global, 1983, pp. 25-61. O Código Criminal de 1831 definia sedição e insurreição como crimes contra a segurança do Império. Mas enquanto a primeira se referia a movimentos de homens livres, a segunda dizia respeito a escravos. O artigo 113 rezava: “Julgar-se-á cometido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força”. Ver José Henrique Pierangelli, *Códigos penais do Brasil. Evolução histórica*, Bauru, Jalóvi, 1980, pp. 199-200.

À exceção do primeiro significado, podemos dizer que, em maior ou menor grau, as outras dimensões descritas acima estiveram presentes no movimento de Campina Grande. Os escravos lutaram contra os efeitos perversos advindos do rearranjo das atividades econômicas locais, em particular o cultivo do algodão. Também protestaram contra o tráfico interprovincial, danoso para suas vidas, as de familiares e parceiros. Acima de tudo, lutavam para preservar, alargar e conquistar a liberdade, em particular através das possibilidades abertas pela chamada Lei do Ventre Livre, de 1871.

Ao fim e ao cabo, podemos afirmar que as ações escravas no interior do Quebra-Quilos podem ser lidas como uma “resposta mental e emocional [...] de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados”.⁴¹ Ao buscarem realizar seus sonhos de liberdade e dignidade, os escravos pregaram uma grande peça em seus senhores. O susto foi tal que pode ter levado alguns contemporâneos mais temerosos a adotarem a tática do silêncio, encobrendo evidências maiores sobre o episódio para evitar o pânico entre a população, numa conjuntura em que a ordem pública, mesmo sem a revolta escrava, já estava seriamente abalada.⁴²

⁴¹ A citação se encontra em E. P. Thompson, *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 15.

⁴² Aqui, guardadas as devidas proporções, podemos fazer um paralelo com o que acontecia mais ou menos nessa época nas regiões cafeeiras de São Paulo, quando, devido às crescentes tensões e conflitos sociais, muitas notícias sobre planos ou revoltas efetivas de escravos foram abafadas pelas autoridades. Ver Maria Helena Machado, *O plano e o pânico*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ; São Paulo, EDUSP, 1994, pp. 175-246.